



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

Número do Processo: 190/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. PERCENTUAIS MÍNIMOS DE
CAPTAÇÃO E DESTINAÇÃO DE RECURSOS AOS FUNDOS.
CONSTITUCIONALIDADE.

PARECER

1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Prefeito que "DISPÕE SOBRE OS PERCENTUAIS MÍNIMOS DE CAPTAÇÃO E DESTINAÇÃO DE RECURSOS AOS FUNDOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS".

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, "a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido"¹. Essa foi a maneira encontrada a fim de que houvesse um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Buscando a forma como a matéria discutida é tratada no texto constitucional, percebemos que ela não consta no rol de competência privativa federal (artigo 22 da Carta Magna) e não há norma alguma dispondo que se trata de competência privativa estadual.

Por outro lado, os incisos I e II do artigo 30 da Carta Magna estabelecem que compete aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Ora, a criação de uma norma dispondo sobre os percentuais mínimos de captação e destinação de recursos aos fundos municipais, amolda-se a esses dispositivos constitucionais.

¹ Direito Administrativo Descomplicado, 29ª edição, 2021, página 815.



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observadas as disposições da Constituição Federal de 1988, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposta aqui discutida.

É o parecer.

Anápolis, 17 de novembro de 2022.


JAKSON CHARLES
Vereador


Vereador(a) Relator(a)
Domingos Paula de Souza
Vereador PV


Frederico Moreira Caixeta
VEREADOR



Andreia Rezende de Faria
VEREADORA


Cleide M. Hilário de Barros
VEREADORA

*De acordo com o emenda
do seu parecer.*

Ass. 17/11/2022


Jean Carlos Ribeiro
Vereador

Encaminhe-se à Comissão de Finanças,
Orçamento e Economia
em 17/11/2022

Presidente



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

Processo: 190/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O Vereador que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo artigo 116 e artigo 117, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis, apresenta

EMENDA ADITIVA

a fim de acrescentar o parágrafo único ao artigo 1º da propositura que tramita pelo processo de número supramencionado, cuja redação passará a ser a seguinte:

Art. 1º

Parágrafo único. As doações direcionadas às entidades a serem beneficiadas deverão ser comunicadas formalmente aos respectivos Conselhos.

É a emenda.

Sala das Reuniões das Comissões, 17 de novembro de 2022.


Vereador Jean Carlos

União Brasil


Jean Carlos Ribeiro
Vereador

IBRG/EMENDA 30-22/17-11-2022